



Carta nº 005/2018

À
Comissão Permanente de Licitação do Município de Patos de Minas/MG

Ref.: Concorrência Pública nº 016/2017

Objeto: Delegação, por meio da celebração de contrato de concessão de outorga onerosa, para prestação de serviços de implantação, operação, gestão, controle e manutenção de sistema eletrônico informatizado e automatizado para controle e aferição do uso remunerado de vagas de estacionamento rotativo de veículos em vias e logradouros públicos da cidade de Patos de Minas - MG.

Prezados(as) Senhores(as),

A EXPLORA PARTICIPAÇÕES EM TECNOLOGIA E SISTEMA DA INFORMAÇÃO S/A, inscrita no CNPJ nº 10.483.781.0001/76, sediada no SIA SUL Trecho 06, lote 05/15, Bloco A 1º Andar, Brasília, Distrito Federal, empresa interessada em participar do certame da Concorrência nº 016/2017, requisita esclarecimento quanto aos seguintes questionamentos referente ao Edital e seus Anexos:

Questionamento 1:

O edital, em seu Anexo I – Termo de Referência, item 11.3.3.3.1 é informado que:

“A Concessionária deverá criar a REDE CREDENCIADA DE PONTOS DE VENDAS E RECARGAS utilizando-se dos comércios locais: bancas de revista, farmácias, lanchonetes, etc... na proporção mínima de 01 ponto de venda para cada 30 vagas distribuídas geograficamente de forma que o usuário do estacionamento leve menos de 05 minutos para regularizar o uso da vaga”

Levando em conta que as vagas de motocicletas ocupam menor espaço físico do que as vagas de automóveis, é permitido que esta proporção de 1 para cada 30 vagas não contemple o quantitativo de 500 vagas de motocicleta?

Questionamento 2:

Diferente do dimensionamento de pontos de venda, não foi disponibilizada a proporção de Fiscais de Apoio/Monitores. Teria então a Concessionária liberdade para dimensionar o quantitativo destes profissionais, visando sempre a melhor cobertura da fiscalização e funcionamento do sistema?

**Questionamento 3:**

No Anexo I – Termo de Referência, em seus itens 3.14 e 14.1.4 é informada a existência de uma futura Área Verde, porém, não há informações tanto de quantitativo, quanto de horário de tarifação, tarifação, ou até mesmo horário de operação. Como a Concedente vislumbra o dimensionamento desta Área, pois a sua implantação ou não, assim como quantitativos e modelo operacional, impactam diretamente na capacidade de oferta das licitantes, uma vez que tanto a receita quanto o investimento e mão-de-obra varia de acordo com o quantitativo de vagas.

Questionamento 4:

É informado no Termo de Referência que:

"11.2.1. Nas vagas de estacionamento rotativo deverá ser instalado um SENSOR que permitirá a gestão das mesmas e transmitirá à Interface de Gestão e Controle de Informações, as seguintes informações:"

- ✓ *Momento (horário) da ocupação da Vaga*
- ✓ *Momento (horário) da desocupação da Vaga"*

Porém, no Anexo II – Planilha de Estimativas não foi dimensionado o investimento referente aos sensores de estacionamento, havendo referência apenas aos smartphones. Poderia ser disponibilizada esta informação?

Questionamento 5:

No decreto nº 4.367/2017, em seu art. 6º, §1º, 2º e 3º informam que:

"Art. 6º No caso de descumprimento deste decreto, o infrator fica sujeito às penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB -, podendo ser autuado com fundamento no inciso XVII do art. 181 do CTB, Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e suas regulamentações.

§1º Constatada o descumprimento deste decreto, poderá ser emitida notificação de irregularidade, a ser afixada no veículo, através dos agentes credenciados da Concessionária, informando ao usuário que seu veículo está em desacordo com a regulamentação.

§2º O pagamento do Aviso de Irregularidade em até 01(uma) hora de sua emissão, libera o condutor da infração e MULTA previstas no art. 181, inciso, XII, do CTB.



§3º Fica autorizado, quando necessário, a apreensão e/ou remoção de veículos estacionados irregularmente, com a cobrança do valor referente ao serviço de apreensão/remoção e de diárias de recolhimento ao pátio."

Porém, não há informações quanto a este "Aviso de Irregularidade", nem mesmo quanto ao seu valor, no Edital e seus anexos. Poderá a Concessionária emitir e arrecadar as taxas referentes à regularização de Avisos de Irregularidade?

Pelo exposto, solicitamos breve manifestação.

Brasília, 31 de janeiro de 2018.



EXPLORA TECNOLOGIA
Renan Humberto de Souza Cavalcante
Gerente Comercial

EXPLORA PARTE DA TECN. E SIST. DA DE SA
Renan Humberto de Souza Cavalcante
CREA Nº 18.68813-DF



**Prefeitura de
Patos de Minas**

Secretaria Municipal de
**Trânsito, Transporte
e Mobilidade**

Rua Vereador João Pacheco, 377 – Bairro Santo Antonio – Tel. 34-3822-9734
transito@patosdeminas.mg.gov.br

ESCLARECIMENTOS AOS QUESTIONAMENTOS FEITOS PELA EMPRESA
EXPLORA PARTICIPAÇÕES EM TECNOLOGIA E SISTEMA DA INFORMAÇÃO
S/A

Ref. : CONCORRÊNCIA Nº 016/2017

Respostas:

01 – É permitido que a proporção de 01 ponto de venda para cada 30 vagas não contemple o quantitativo de 500 vagas para motocicletas, desde que a localização do ponto de venda não exceda a 100 metros da vaga para aquisição do crédito eletrônico (parágrafo 2º do artigo 8º do Decreto 4.367/2017) , proporcionando, assim, que o usuário do estacionamento leve menos de 05 minutos para regularizar o uso da vaga.

02 – A planilha de estimativas considera um total de 40 fiscais de apoio/monitores, porém, a empresa proponente poderá dimensionar o quantitativo destes profissionais, desde que atenda a proporcionalidade mínima definida no item 11.4.3 do Termo de Referência.

03 – Conforme expresso no item 2.7 do Termo de Referência e nos itens 3.14 e 14.1.4 referidos pelo interessado, a área verde poderá ser implantada em momento futuro. Os licitantes não deverão considerar para fins de elaboração da proposta a área verde. Quanto à preocupação do impacto relativo ao investimento e à oferta de vagas, no futuro, havendo a implantação da área verde, o vencedor do certame será naturalmente compensado.

04 - Tal questionamento já foi apreciado na impugnação interposta pela licitante Zona Azul Brasil. A planilha de composição de custo foi retificada para incluir o item sensor de estacionamento.

05 – O artigo 6º do Decreto Municipal nº 4.367/2017 visa oportunizar ao usuário irregular o pagamento do estacionamento devido, regularizando a sua situação para não incorrer em multa, conforme previsto no inciso XVII do artigo 181 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB. Não há previsão legal de arrecadação de taxa referente a este aviso de irregularidade.

Patos de Minas/MG, 28 março de 2018.

Roberto Carlos de Campos
Secretário Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade